



# **PP** PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

**SETEMBRO 2016**

# Motivações para o PPI

## Cenário

***Crise econômica  
e desemprego***

***Gargalos de infraestrutura***

***Baixa qualidade  
dos serviços***

## Desafio

***Falta de investimentos  
estatais***

***Burocracia e baixa  
coordenação***

## Ação

***Destruar  
investimentos  
privados:***

- Concessões
- PPPs
- Arrendamentos
- Privatização

# Como atrair investimentos privados para o setor de saneamento?

## Principais modelos de negócios:

- Locação de ativos
- Concessão
- Subconcessão
- Concessão Administrativa
- Concessão Patrocinada
- Privatização

# Como o saneamento entra no PPI?

## Lei Federal nº 13.334/16:

**Art. 1º, § 1º** Podem integrar o PPI:

(...)

II - os empreendimentos públicos de infraestrutura que, por delegação ou com o fomento da União, sejam executados por meio de contratos de parceria celebrados pela administração pública direta ou indireta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

**Art. 4º** O PPI será regulamentado por meio de decretos que, nos termos e limites das leis setoriais e da legislação geral aplicável, definirão:

I - as políticas federais de longo prazo para o investimento por meio de parcerias em empreendimentos públicos federais de infraestrutura e para a desestatização;

(...)

III - as políticas federais de fomento às parcerias em empreendimentos públicos de infraestrutura dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

# É preciso falar das 10 diretrizes do PPI

- 1. As concessões serão conduzidas sob o máximo rigor técnico:** só irão a mercado projetos com consistência e capacidade de gerar **retorno** à sociedade e investidores, impedindo concessões contaminada por arremedos, que põem em riscos a boa governança, com aditivos e reequilíbrios excessivos.
- 2. O foco será melhorar a prestação de serviço às pessoas e ao setor produtivo:** o que queremos é garantir as condições logísticas e energéticas para melhorar a vida da população e reduzir os custos dos nossos produtos. Exigiremos melhorias de acordo com a **demand**a comprovada em cada projeto.
- 3. Para ampliar a segurança jurídica, todos os contratos terão indicadores claros:** As cláusulas de **desempenho** protegerão o usuário ao fixar a qualidade do serviço como meta central da concessão. Os investidores saberão exatamente quais metas deverão atingir e como serão mensuradas.

# As 10 diretrizes do PPI

**4. Devolver às agências reguladoras o sentido de órgãos de Estado:** As agências serão fortalecidas para cumprir seu papel de regular, monitorar e fiscalizar. A autonomia das agências é a garantia de que elas estarão comprometidas exclusivamente com o desenvolvimento dos setores que regulam.

**5. Os editais só serão lançados depois de passar pelo debate público e pelo TCU:**

Todos os estudos elaborados para os projetos terão publicidade ampla, por meio de audiências e consultas públicas, sendo posteriormente submetidos ao TCU.

**6. Os documentos licitatórios serão publicados em português e inglês:** Essa foi uma das sugestões do CADE, que vem colaborando na elaboração deste novo modelo como forma de aumentar a transparência e facilitar a participação de investidores estrangeiros.

# As 10 diretrizes do PPI

7. **O prazo mínimo do edital será expandido:** O prazo entre o edital e as propostas será no mínimo de 100 dias, para que mais investidores se preparem para as concorrências.
8. **Projetos devem ter viabilidade ambiental demonstrada:** Será obrigatório o licenciamento ambiental prévio ou as diretrizes para sua obtenção, que apontarão os ajustes para expedição da licença.
9. **A forma de contratação do financiamento de longo prazo irá mudar:** A tendência é que sejam contratados no início das obras, afastando a necessidade de empréstimos intermediários.
10. **Para as concessões existentes, iremos trabalhar para que continuem compromissadas em garantir o equilíbrio dos projetos:** buscam-se alternativas para a solução dos problemas existentes à luz das mudanças que estão configurando o novo ambiente regulatório.



[www.projetcrescer.gov.br](http://www.projetcrescer.gov.br)

**Marco Aurélio Barcelos**  
Diretor de Assuntos Jurídicos e Regulatórios  
Secretaria do PPI

marco.barcelos@presidencia.gov.br  
(61) 3411-6412